



O MITO DA NEUTRALIDADE: LIMITES EPISTEMOLÓGICOS E IMPLICAÇÕES DA OBJETIVIDADE CIENTÍFICA NA CLÍNICA PSICOLÓGICA

THE MYTH OF NEUTRALITY: EPISTEMOLOGICAL LIMITS AND IMPLICATIONS OF SCIENTIFIC OBJECTIVITY IN CLINICAL PSYCHOLOGY

Amanda Cristina Oliveira Nunes¹

Marília Gabriela Costa Rezende²

Resumo: Este trabalho propõe uma análise crítica sobre o discurso da neutralidade na psicologia clínica, buscando compreender como o mesmo contribui com a legitimação e reprodução de sofrimentos psíquicos de maneira deslocada da realidade política e social. A problemática seria a suspensão crítica dos contextos que atravessam a experiência do sujeito, consequentemente enquadrando-o em um modelo imposto implicitamente de subjetividade, dificultando sua emancipação. A partir de revisão narrativa de literatura, busca-se discutir como tal perspectiva sustenta uma concepção de conhecimento científico que desconsidera as mediações históricas, sociais e políticas que atravessam a produção do saber. Defende-se, portanto, a necessidade de uma clínica que reconheça seu caráter histórico, social e político, comprometida com a complexidade da experiência humana.

Palavras-chave: Epistemologia. Neutralidade científica. Psicologia crítica. Subjetividade.

Abstract: This work proposes a critical analysis of the discourse of neutrality in clinical psychology, seeking to understand how it contributes to the legitimation and reproduction of psychic suffering in a way that is detached from political and social reality. The problem lies in the critical suspension of the contexts that permeate the subject's experience, consequently framing them within an implicitly imposed model of subjectivity, which hinders their emancipation. Based on a narrative literature review, the study seeks to discuss how this perspective sustains a conception of scientific knowledge that disregards the historical, social, and political mediations that permeate the production of knowledge. Therefore, it argues for the

¹ Psicóloga. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Mineiros.

² Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Docente do curso de Psicologia da Faculdade Morgana Potrich (FAMP). E-mail: marilia.rezende@fampfaculdade.com.br



need for a clinical practice that recognizes its historical, social, and political character, committed to the complexity of human experience.

Keywords: Epistemology. Scientific neutrality. Critical psychology. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a problemática das raízes do conhecimento esteve vinculada à tentativa de distinguir o conhecedor daquilo que é conhecido, estabelecendo uma fronteira entre sujeito e objeto. No entanto, busca-se compreender como tal distinção torna-se particularmente complexa no âmbito da psicologia, no qual o estudo do objeto enquanto o próprio ser humano implica um movimento reflexivo no qual aquele que conhece está, simultaneamente, incluído na categoria a ser conhecida. Assim, diferentemente das ciências naturais, nas quais se busca a separação entre observador e objeto, o conhecimento psicológico envolve uma dinâmica de implicação mútua entre sujeito e objeto, de modo que, na medida em que o ser humano investiga, já se encontra inserido nas condições que tornam o próprio conhecer possível.

A Psicologia se configura como um campo de saber em constante construção, um projeto científico em andamento, onde o pesquisador está inserido dentro da categoria a ser estudada. Dessa maneira, a concepção de ser humano que o pesquisador traz consigo, inevitavelmente atravessa, orienta e delimita sua pesquisa. Esse conflito entre os pressupostos ontológicos desemboca em múltiplas abordagens de estudos dos fenômenos psicológicos, possibilitando a coexistência de diferentes perspectivas sobre um mesmo fenômeno que vem sendo explorados por Bock (1999), Abib (2009) e Roehe (2006). Destaca-se a maneira, portanto, de como a Psicologia não se organiza em torno de um único objeto de estudo, mas se constitui como um campo epistemologicamente plural, em que diferentes tradições teóricas produzem diversos objetos a partir de critérios próprios de interpretação.

Essa problemática epistemológica não permanece apenas no plano teórico, mas se expressa diretamente na prática da clínica psicológica, na medida em que os pressupostos sobre o conhecimento orientam modos de compreender e intervir sobre o sofrimento psíquico assim como explorado por Foucault (1977). Nesse sentido, a pretensão de neutralidade científica pode operar como um regime de verdade no sentido de instituir formas legítimas de compreensão do sofrimento psíquico. Ao reduzir os fenômenos psicológicos a categorias descontextualizadas, tende-se a individualizar experiências que são, em grande medida, socialmente produzidas. Esse movimento não apenas obscurece a dimensão coletiva do sofrimento, como também



contribui para a naturalização de determinados critérios de normalidade e patologia, produzindo formas específicas de subjetivação.

Este trabalho busca sustentar a crítica de que a neutralidade na psicologia clínica não é uma ausência de posição, mas um posicionamento teórico que, ao desconsiderar as determinações históricas e sociais do sofrimento psíquico, contribui para sua individualização e para a reprodução de formas implícitas e normativas de subjetivação, limitando suas possibilidades de emancipação. Problematicar tal posição implica, portanto, afirmar a necessidade de uma clínica que reconheça seu caráter histórico, social e político, abrindo espaço para a construção de práticas clínicas que, ao invés de se pretenderem neutras, assumam seu caráter situado e se orientem por uma ética comprometida com a complexidade da experiência humana.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, de natureza qualitativa e caráter teórico-crítico. Tal abordagem possibilita a problematização de diferentes produções teóricas, especialmente no que se refere aos fundamentos epistemológicos da Psicologia. A seleção dos referenciais foi orientada por sua relevância para a discussão proposta, privilegiando autores que possibilitam tensionar a constituição histórica e conceitual da área, bem como questionar o ideal de neutralidade científica. A análise fundamenta-se em uma perspectiva interpretativa, compreendendo o conhecimento como construção situada. Nesse sentido, busca-se explicitar as implicações da noção de neutralidade na delimitação do objeto psicológico, na produção do conhecimento e nas práticas clínicas, evidenciando seus efeitos na constituição de modos de compreensão e intervenção sobre o sofrimento psíquico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo César (1978), a Psicologia, especialmente em seu processo de inserção no campo científico, buscou aproximar-se de um modelo positivista de ciência, no qual o ideal de neutralidade se associava à noção de observação imparcial, à verificabilidade dos fenômenos e à recusa da metafísica. Em uma leitura crítica, tal recusa pode também ser compreendida como afastamento das dimensões políticas e subjetivas implicadas na produção do conhecimento. O autor destaca que essa matriz teórica se fundamenta no modelo indutivista, segundo o qual o



conhecimento científico se inicia a partir de observações tidas como neutras, sendo posteriormente generalizado em leis por meio da indução.

Nessa direção, Moreland e Craig (2005) descrevem o indutivismo como uma concepção em que o conhecimento se constrói a partir da observação dos fatos, os quais são progressivamente generalizados em enunciados cada vez mais abrangentes, até a formulação de leis científicas. Tal perspectiva, contudo, tem sido amplamente problematizada, sobretudo no que se refere à ideia de neutralidade da observação.

A partir dessa aceção, César (1978) reflete como a ciência passa a ser concebida como capaz de produzir descrições diretas da realidade, pressupondo a possibilidade de uma observação não mediada por interpretações. Essa perspectiva, associada ao viés positivista, não apenas rejeita a metafísica, mas tende a excluí-la do campo do conhecimento, ao considerá-la desprovida de sentido científico. Nesse movimento, consolida-se a ideia de que apenas aquilo que pode ser empiricamente verificado possui validade, relegando dimensões subjetivas, históricas e políticas a um estatuto epistemológico secundário. Tal operação revela um caráter seletivo e normativo na definição do que conta como conhecimento.

Pode-se pressupor que a importação desse modelo para as ciências psicológicas provocou tensões metodológicas, visto que a noção de observação neutra absoluta se mostra de certa maneira insustentável, inclusive nas ciências naturais. Conforme argumenta Duhem (2014, p. 186), toda experiência científica envolve a observação dos fenômenos e sua interpretação, no qual é mediada por teorias previamente admitidas pelo observador. Nesse sentido, os dados empíricos não são assimilados de forma pura, mas traduzidos por meio de perspectivas teóricas, o que evidencia que o conhecimento científico não se produz a partir de um ponto neutro, mas de posições teoricamente situadas.

A própria tradição positivista, ao enfatizar critérios como verificação, primazia da observação, rejeição de explicações causais e desprezo por entidades teóricas e pela metafísica, estrutura-se em torno de um conjunto de pressupostos que orientam a produção do conhecimento científico. Entre esses, Hacking (2012) destaca a valorização da observação empírica, a desconfiança em relação a explicações causais, o afastamento de entidades teóricas não diretamente observáveis e a rejeição de especulações metafísicas. Tais pressupostos contribuem para a consolidação de uma concepção de ciência centrada na descrição dos fenômenos, em detrimento de interpretações mais amplas acerca de suas condições de produção.

Tal orientação não apenas restringe o escopo explicativo da ciência, mas também redefine quais dimensões da experiência são reconhecidas como legítimas. No campo da



psicologia clínica, a desconsideração de elementos interpretativos, históricos e políticos do sofrimento psíquico pode resultar em um apagamento do sujeito em sua integridade. De acordo com Feijoo (2011), ao buscar legitimação como ciência, a Psicologia frequentemente incorporou um modelo reducionista de cientificidade.

Nesse movimento, saberes oriundos da experiência cotidiana e subjetiva foram, muitas vezes, deslegitimados em nome de uma suposta superioridade do conhecimento científico sistemático. Contudo, Feijoo (2011) aponta que tanto o conhecimento quanto o sofrimento psíquico não apenas dependem do contexto, mas se constituem nas interações que o sujeito estabelece com o mundo.

Conforme problematiza Feijoo (2011), é precisamente a hegemonia de uma metafísica específica na Psicologia moderna, a centrada na noção de um sujeito interiorizado, substancial e universal, que contribui para a redução da experiência humana, ao desconsiderar os contextos sociais, históricos e culturais que a constituem. Tal movimento implica a desarticulação do horizonte originário homem-mundo, reduzindo a complexidade da existência a uma interioridade isolada e passível de mapeamento atendendo o ideal positivista.

Nesse sentido, Feijoo (2011) destaca que ainda que a subjetividade, objeto de estudo da psicologia, seja, em sua gênese, socialmente produzida, ela é frequentemente reconfigurada como instância autônoma, deslocada de sua historicidade e de suas determinações coletivas. Essa operação não se apresenta como imposição explícita, mas como naturalização de um modelo teórico que orienta práticas e saberes psicológicos, instituindo modos normativos de ser. Como consequência, o sujeito é capturado por estruturas interpretativas que, ao mesmo tempo em que pretendem explicá-lo, delimitam suas possibilidades de existência, dificultando não apenas a problematização das condições que o constituem, mas também a abertura ao seu poder-ser.

A diversidade dos fenômenos psicológicos não são acessíveis ao mesmo nível de observação, portanto, não podem ser submetidos a padrões homogêneos de descrição, mensuração, controle e interpretação. É importante destacar que, ao definir padrões metodológicos, o psicólogo não apenas organiza sua prática científica, mas também estabelece critérios que delimitam quais fenômenos serão reconhecidos como legítimos. Assim, o objeto da Psicologia não é simplesmente dado, mas construído a partir de escolhas teóricas e metodológicas, e o que se entende por “humano” não apenas antecede a pesquisa, mas também estruturam seus recortes, métodos e interpretações. Nessa perspectiva, a pretensão de neutralidade se revela não apenas insustentável, mas operacional, na medida em que orienta



decisões metodológicas que delimitam o próprio campo do que pode ser conhecido assim como debatido por Roehe (2006).

Dessa forma, teorias que concebem o indivíduo como um ente desvinculado da história revelam-se não apenas limitadas, mas também politicamente situadas, na medida em que, por razões ideológicas, tornam-se teorias oficiais. Nesse sentido, as contribuições de Michel Foucault (2008) tornam-se fundamentais para problematizar a neutralidade da clínica. Ao afirmar que a verdade está intrinsecamente ligada a sistemas de poder que a produzem e a sustentam, o autor ao longo de sua obra analisa como os saberes, incluindo o psicológico, participam da constituição e manutenção de determinadas formas de organização social. Assim, as práticas clínicas podem ser compreendidas como inseridas em dispositivos que contribuem para a reprodução das estruturas sociais vigentes.

Além disso, para Foucault (2008), o olhar clínico constitui-se historicamente como uma forma específica de apreensão do sujeito, implicando modos de normalização e regulação da experiência. Nesse sentido, a neutralidade clínica pode operar como um mecanismo sutil de manutenção do status quo, ao individualizar sofrimentos que possuem determinações sociais mais amplas. Entende-se aqui que a neutralidade pretendida pelo discurso científico atua como dispositivo de captura e normatização pela tentativa do reducionismo da Psicologia à objetividade científica.

A psicologia, enquanto campo de saber, insere-se em tradições de pensamento e suas diferentes abordagens carregam implicações ideológicas. Como apontado, tradições de pensamento psicológico podem conter ideologias, como de controle social, e Abib (2009) reconhece que historicamente, práticas psicológicas já foram utilizadas para legitimar desigualdades, como no uso de testes mentais para conter a imigração e justificar políticas de bem-estar social.

Nesse sentido, ao considerar que as práticas psicológicas participam da produção e normatização das formas de subjetivação, torna-se fundamental retomar a compreensão do sujeito como constituído por múltiplas determinações, isto é, constituído pelas relações que estabelece no mundo. Tal perspectiva reforça a impossibilidade de compreender a redução do sofrimento psíquico a uma dimensão estritamente individual, uma vez que este também possui historicidade e não pode ser dissociado das condições concretas de existência. Do mesmo modo, o conhecimento configura-se como uma construção contínua, atravessada por mediações históricas e sociais, o que implica reconhecer que o próprio saber psicológico está situado. Como afirma Abib (2009, p. 199), a “história da psicologia é história da cultura [...] tradições de pensamento psicológico são culturas, ou práticas culturais.”



Por fim, reconhecer a impossibilidade da neutralidade não implica negar o rigor científico, mas exige a explicitação dos pressupostos que orientam a prática. Nesse sentido, a Psicologia se configura como um campo plural, atravessado por diferentes abordagens epistemológicas, cujas concepções de sujeito, conhecimento e intervenção variam significativamente. Como aponta Japiassu (1983), por “sólidas razões, não somente históricas mas doutrinárias”, torna-se impossível à Psicologia assegurar uma unidade metodológica ou mesmo um objeto único e coerente, dada a multiplicidade de perspectivas que a constituem. Assumir essa diversidade não apenas fortalece o debate crítico, como também amplia as possibilidades de atuação clínica, permitindo práticas mais éticas, contextualizadas e comprometidas com a transformação das condições que produzem o sofrimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática psicológica é atravessada por pressupostos teóricos e valores. Como já apontado, o que se observa depende do observador, o que reforça a crítica à ideia de neutralidade como fundamento da prática clínica. Nesse sentido, percebe-se que a neutralidade não se configura como ausência de posição, mas como uma forma específica de posicionamento que, ao se pretender imparcial, pode contribuir para a manutenção de estruturas sociais e relações de poder, dificultando a problematização das condições que produzem o sofrimento psíquico.

A emancipação, nesse contexto, não se refere a uma ideia abstrata de liberdade individual, mas à ampliação da capacidade do sujeito de compreender criticamente as determinações que atravessam sua existência e de se posicionar frente a elas. Trata-se, portanto, de um processo que envolve não apenas a dimensão intrapsíquica, mas também o reconhecimento das mediações históricas e sociais que dão forma à experiência.

Desse modo, o conhecimento psicológico não pode ser compreendido como neutro ou universal, uma vez que se constitui a partir das interações entre sujeito e ambiente, sendo atravessado por condições que estruturam concretamente a experiência. A neutralidade clínica, longe de ser um dado, revela-se como uma construção epistemológica que, ao se apresentar como imparcial, pode servir à reprodução de interesses sociais e à manutenção das formas estabelecidas de organização da vida.



REFERÊNCIAS

ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195–208, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia ou as psicologias. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CÉSAR, Constança Marcondes. Epistemologia da Psicologia. **Reflexão**, [S. l.], v. 3, n. 9, 1978. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/11073>. Acesso em: 27 mar. 2026.

DUHEM, Pierre. **A teoria física: seu objeto e sua estrutura**. Rio de Janeiro – EdUERJ, 2014.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. A crise da subjetividade e o despontar das psicologias fenomenológicas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 409–417, jul./set. 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HACKING, I. O positivismo. In: _____. **Representar e intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência natural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

JAPIASSU, Hilton. **A psicologia dos psicólogos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

MORELAND, James Porter; CRAIG, William Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2005.

ROEHE, Marcelo Vial. Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 153–158, 2006.